

**INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GDG N. 4 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Altera a Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2015 que disciplina a concessão do auxílio-natalidade e auxílio-funeral no Superior Tribunal de Justiça.

**O DIRETOR-GERAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo item 16.2, inciso X, alínea *b*, do Manual de Organização do STJ, considerando a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), o art. 185, incisos I e II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e o que consta do Processo STJ n. 10.228/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Os arts. 2º, 3º e 4º da Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de 13 de maio de 2015 passam a vigorar com as seguintes redações.

Art. 2º O auxílio-natalidade será devido ao (à) servidor (a) ativo (a) ou inativo (a) por motivo de nascimento, inclusive no caso de natimorto, ou de adoção de filho (a).

§ 1º O auxílio será pago ao (à) servidor (a) público (a) ativo (a) ou inativo (a), quando a parturiente ou o (a) adotante não for servidor público federal, estadual, distrital ou municipal ou integrante das polícias civil ou militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e no caso de adoção monoparental.

§ 2º Na hipótese de ambos os pais serem servidores federais, ou de um deles ser servidor estadual, distrital ou municipal, ou integrar as polícias civil, militar ou o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, o auxílio-natalidade poderá ser pago ao servidor deste Tribunal, desde que o pai ou a mãe renuncie ao recebimento do benefício no respectivo órgão.

§ 3º No caso de as duas mães serem servidoras públicas federais, ou de uma delas ser servidora estadual, distrital ou municipal ou integrar as polícias civil, militar ou o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, o auxílio-natalidade poderá ser pago à servidora deste

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tribunal, desde que haja renúncia ao recebimento do benefício no outro órgão.

Art. 3º O auxílio-natalidade corresponderá à quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público federal.

§ 1º No caso de parto múltiplo ou adoção de mais de um (a) filho (a), o valor será acrescido de 50% por filho.

§ 2º O valor a ser considerado é aquele vigente na data de nascimento do filho, independentemente da data de apresentação da certidão.

§ 3º No caso de adoção, o valor do auxílio será aquele vigente na data da sentença de adoção com a determinação de lavratura de novo registro de nascimento.

Art. 4º São documentos indispensáveis à percepção do auxílio-natalidade:

I – requerimento do servidor;

II – certidão de nascimento do filho;

III – declaração firmada pelo servidor de que o pai ou a mãe não é servidor (a) público (a) federal, estadual, distrital ou municipal ou integrante das polícias civil, militar ou do corpo de bombeiro militar do Distrito Federal;

IV – declaração firmada pelo servidor de que o pai ou a mãe é servidor (a) público (a) federal, estadual, distrital ou municipal ou integrante das polícias civil, militar ou do corpo de bombeiro militar do Distrito Federal com a ciência de necessidade de apresentação de documento que ateste a renúncia ao recebimento do auxílio-natalidade no outro órgão;

V – atestado médico, no caso de natimorto.

§ 1º Na concessão do auxílio-natalidade à servidora deste Tribunal é dispensada a apresentação de documento que ateste a renúncia ao recebimento do auxílio-natalidade pelo pai no respectivo órgão.

§ 2º No caso de adoção, além dos documentos previstos nos incisos I, II e III deste artigo, deverá ser apresentada a sentença de adoção com a determinação de lavratura de novo registro de nascimento, em observância ao disposto no § 3º do art. 3º desta instrução normativa.

Art. 5º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Marcos Antonio Cavalcante